



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE
(UGT-STP)

Ex.mo Senhor

Dr. Patrice Emery Trovoda

Primeiro Ministro e Chefe do Governo e Presidente do Conselho Nacional de Concertação Social da República Democrática de S.Tomé e Príncipe

S.Tomé

Ref.^a n.º 70/GSG/UGT-STP/23
São Tomé, 25 de Outubro de 2023

Assunto: Nota de protesto da UGT-STP (União Geral dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe)

Excelência;

Na oportunidade de cumprimentar Vossa Excelência, queira aceitar os protestos da nossa mais alta e fraternal consideração.

Senhor Primeiro Ministro, Chefe do Governo e Presidente do Conselho Nacional de Concertação Social da República Democrática de São Tomé e Príncipe, não podíamos nos conter sem fazer constar a nossa profunda decepção, pelo facto de, um ano depois do início da sua governação, o nível de vida dos trabalhadores e do povo em geral ter-se degradado, de forma manifestamente insustentável.

A implantação do IVA porque não atendeu as especificidades do país, levou a que os preços dos produtos se triplicassem, agudizando a miséria dos trabalhadores em particular e do povo em geral.

O reflexo da tal situação é também, lamentavelmente, visível a nível das instituições de parceria económica dirigida por Vossa Excelência como se pode notar:

1.º - O Conselho Nacional de Concertação Social vem perdendo gradativamente o seu verdadeiro papel. Pois, a primeira reunião teve lugar no dia 06/02/23 e que o Governo limitou a fazer uma série de promessas que redundaram-se em expectativas não cumpridas, sobretudo, no que diz respeito a situação salarial dos trabalhadores da Função Pública e não só. A segunda reunião teve lugar no dia 04/04/23 em que apenas se falou do Orçamento Geral de Estado e nunca mais se apresentou qualquer proposta do referido documento para que as Centrais Sindicais pudessem dar a sua opinião e, para espanto de todos, o documento foi remetido à Assembleia Nacional para aprovação e que até hoje ninguém mais soube dele, se foi ou não promulgado pelo Presidente da República. Será que o governo está gerindo o País sem um orçamento geral de estado?

2.º - Estamos a escassos dias (sensivelmente 6 dias) para o governo apresentar na Assembleia Nacional o OGE 2024 e a nível do Conselho Nacional de Concertação Social não nos pronunciamos sobre este tão importante documento.

3.º - O Governo, depois do seu empossamento, decidiu pura e simplesmente suspender o acordo que as centrais sindicais assinaram com o então governo no sentido de se rever em alta os salários da Função Pública. Esta atitude só não defrauda o estado, enquanto gestor da Nação, como também implanta um sentimento de falta de seriedade no tratamento dos assuntos da governação;

A UGT-STP, enquanto parceiro social, fica com a nítida impressão de que o Governo pretende desvirtuar o verdadeiro papel do Conselho Nacional de Concertação Social, chamando, apenas, para este fórum assuntos que não lhe dizem respeito. Continuamos ainda em presença de uma reivindicação salarial dos trabalhadores da Função Pública e, pela sua natureza, cabe este órgão se pronunciar tal como reza a Lei 1/99 uma vez que está em preparação a elaboração do OGE para o ano 2024 que deve ser apresentado à Assembleia Nacional até ao dia 30 de Outubro;

- Fora desse contexto não se pode deixar de achar que o Governo não tem tido apenas expedientes no sentido de escamotear a situação salarial do país como tem usado o Conselho Nacional de Concertação Social para desviar a atenção dos trabalhadores e com ele propiciar que haja uma desunião e cisão no seio da classe trabalhadora;

O governo recusa-se em discutir as condições sócio-económicas dos trabalhadores numa altura que a inflação ronda os 30%. Motivo para perguntar o que fazer? Falar de 8.000 a 10.000,00 dobras de salário mínimo pode ser o motivo para o senhor Primeiro Ministro, não se colocando no lugar do outro, dizer numa das suas entrevistas que as pessoas estão a reclamar porque põem vinho no cardápio da sua alimentação? Urge, por isso, perguntar: - é vedado ao trabalhador fazer uma refeição que inclua o vinho? Aonde fica a dignidade das pessoas?

- Qualquer cidadão são-tomense consciente e ajustado aos sofrimentos dos trabalhadores desse país sabe como é que são os preços face à inflação e, sobretudo, depois da aplicação do IVA.

Ainda em 2003 já o levantamento que fizemos já tinha demonstrado que salário mínimo deveria ser no mínimo 8.000,00 (Oito Mil Dobras) fazendo uma alimentação fora do comum, ou seja, uma alimentação sub-humana. Será que em pleno séc. XXI, a proposta alimentar de um cidadão é baseado em chá com pão ou em folhas de mato?

Nos últimos anos temos estado a perder a mão-de-obra, qualificada e não qualificada, devido a “avalanche” de saídas dos nossos conterrâneos para exterior do país exactamente por falta de alternativa e muitos vêm na imigração uma solução sem que as autoridades se acautelem das suas consequências para o país e para eles mesmos que estão viajando.

É preciso referir que nestes termos e primando pela coerência, as Centrais Sindicais vêm já há muito tempo clamando pela revisão do salário mínimo nacional equitativo e justo. Por isso, exigimos que diligências sejam dadas para que o estudo a volta dessa matéria seja feito, escusando continuar a se defender com “exigências” do Banco Mundial e FMI.

A UGT demarca-se de todos os obstáculos que têm vindo a impedir a assinatura do programa indicativo com as instituições financeiras porque reconhece que o mínimo que o Tesouro Público vem arrecadando devia ser bem utilizado e não para viagens tão exageradas dos dirigentes.

